

Igrejas pentecostais e sua atuação política recente no Brasil

David Mesquiati Oliveira ¹

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v13i37.52701>

Resumo: O texto busca romper com as análises que se tornaram hegemônicas sobre o pentecostalismo e sua atuação política no Brasil e na América Latina. Muito apressadamente os críticos têm utilizado categorias de análise que não se mostram adequadas frente aos dados, como o resultado da eleição presidencial de 2018. Clientelismo e conservadorismo são exemplos de aproximações que não dão conta de estudar a atuação pentecostal na política, uma vez que, entre outras razões, não é uma característica única do grupo, e sim comum à larga tradição das relações entre o cristianismo e os governos brasileiros, o que inclui os católicos e os protestantes. Depois de um panorama da relação entre pentecostais e política nacional no Brasil, o texto avança para uma breve avaliação dessa atuação política partidária.

Palavras-chave: Pentecostalismo. Política. Eleições.

Pentecostal churches and their recent political performance in Brazil

Abstract: The text seeks to break with the analyzes that have become hegemonic about Pentecostalism and its political performance in Brazil and Latin America. Critics too hastily have used categories of analysis that are not adequate in view of the data, as the result of the 2018 presidential election. Clientelism and conservatism are examples of approaches that fail to account for studying Pentecostal activity in politics, since, among other reasons, it is not a unique characteristic of the group, but common to the long tradition of relations between Christianity and Brazilian governments, which includes Catholicism and Protestants. After an overview of the relationship between Pentecostals

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória (UNIDA). Coordenador da RELEP Brasil (Rede Latino-americana de Estudos Pentecostais). Formado em Teologia: bacharel (EST), mestrado (EST), doutorado (PUC-Rio) e pós-doutorado (PUC-Rio, EST e Princeton Theological Seminary). É formado em Economia (UFES) e pós-graduado em Educação (Claretiano). Estuda Teologia Prática, Teologia Indígena e Pentecostalismo. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5091-9563>. Email: david@faculdadeunida.com.br

and national politics in Brazil, the text moves on to a brief assessment of this partisan political performance,

Keywords: Pentecostalism. Politics. Elections.

Iglesias pentecostales y su reciente actuación política en Brasil

Resumen: El texto busca romper con los análisis que se han vuelto hegemónicos sobre el pentecostalismo y su desempeño político en Brasil y América Latina. Los críticos han utilizado apresuradamente categorías de análisis que no son adecuadas a la vista de los datos, como resultado de las elecciones presidenciales de 2018. El clientelismo y el conservadurismo son ejemplos de enfoques inadecuados, una vez que, entre otras razones, no son características únicamente del grupo, sino común a la larga tradición de las relaciones entre el cristianismo y los gobiernos brasileños, que incluye el catolicismo y los protestantes. Después de una descripción general de la relación entre los pentecostales y la política nacional en Brasil, el texto pasa a una breve evaluación de este desempeño político partidista.

Palabras Clave: Pentecostalismo. Política. Elecciones.

Recebido em 23/02/2020 - Aprovado em 30/03/2020

Introdução

Dois novos agentes religiosos importantes surgiram na América Latina no século XX e incidiram sobre a ordem político-social da região, a saber, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as igrejas pentecostais. O primeiro não será objeto dessa reflexão, pois está relacionado a um segmento mais progressista, que foi a Teologia da Libertação, e teve impacto sobre setores do catolicismo e de um pequeno ramo protestante. O segundo agente religioso é o que de fato nos interessa, dado o tema da atuação política dos pentecostais, especialmente no contexto brasileiro. Na primeira parte buscaremos identificar a base conservadora do pentecostalismo nacional. Na sequência, esclareceremos as principais nuances do sistema político brasileiro, que auxiliará na compreensão das estratégias político-eleitorais dos seus agentes. Na terceira parte, buscaremos descrever como os pentecostais se envolveram com a política nacional e, na última, faremos uma breve avaliação da atuação política dos pentecostais.

1. A agenda (ultra)conservadora dos pentecostais e a cultura brasileira

O catolicismo medieval dos portugueses no século 16 atuou de forma decisiva na formação da cultura brasileira ao longo desses 500 anos. Enquanto na Europa a Reforma estava se desenvolvendo, no Brasil o catolicismo seguia sem as demandas da

“*protestatio*”, das pressões renascentistas, humanistas ou iluministas. Os efeitos da Reforma e da Modernidade mais ampla chegaram tardiamente ao continente latino-americano, exercendo pouca influência no campo da religião. Sendo uma colônia católica portuguesa, o Brasil era impedido de relacionar-se com países protestantes. Dessa forma, os influxos do antigo catolicismo se plasmaram na cultura nacional, reforçado pelos estímulos da Contra-Reforma e do romanismo. Por essa razão, temas como “a volta do sagrado” ou os efeitos da secularização não fazem sentido na América Latina, porque a religião sempre esteve presente e atuante, especialmente o catolicismo popular.

Além disso, por conta das dimensões continentais do Brasil e da insuficiência de padres no país, as comunidades religiosas não eram adequadamente atendidas. Soma-se a força dos cultos nativos indígenas que resistiam o domínio cristão-católico, da mesma maneira os cultos sincréticos dos africanos que estavam sob regime de escravidão, que pertenciam a diferentes grupos étnicos e praticavam religiões oriundas da África e do Oriente Médio, como era o caso de adeptos do islamismo. O convívio assimétrico entre culturas e religiões possibilitou diferentes processos, culminando no alto grau de sincretismo nas religiões existentes e até no surgimento de religiões novas, como foi o caso da Umbanda.

Dessa forma a cultura brasileira absorveu um padrão de moralidade e costumes que se sedimentou em uma sociedade conservadora. Quando o protestantismo chegou ao Brasil, efetivamente a partir do século XIX, era formado por missionários norte-americanos oriundos do sul escravagista, com uma postura também conservadora. O outro ramo protestante que chegou era formado por bolsões étnicos, como por exemplo os alemães, que ficaram relativamente isolados no país, seja pela reação católica, seja pela barreira cultural.

Até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o protestantismo dialogava pouco com a cultura brasileira. O culto na Luterana era em alemão, na Anglicana em inglês, na Congregação Cristã em italiano. Isto é, o protestantismo não estava em contato com as massas. Saulo Baptista (2009, p. 381) afirma que o pentecostalismo se inseriu no contexto brasileiro “como componente bastante identificado com os seguimentos populares”. E isso poderia explicar em grande medida, sua aceitação na região.

Repassando a história do Brasil, apenas dois presidentes eram protestantes. O primeiro foi o presbiteriano Café Filho, que era vice de Getúlio Vargas e assumiu em 1954. Contudo, por problemas de saúde, deixou o cargo em 1955. O segundo foi o luterano e general Ernesto Geisel, entre 1974 e 1979, durante a ditadura militar. Nunca teve um presidente pentecostal.

Deve-se considerar que o Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão, somente em 1888, mais de sessenta anos após sua independência em 1822.

Em termos teológicos e culturais, o conservadorismo dos sulistas norte-americanos (metodistas, congregacionais, batistas e presbiterianos) foi a base do pentecostalismo brasileiro. Outro fator importante é que a massa que veio a compor as igrejas pentecostais era de origem católica, portanto, impregnada do conservadorismo local. Assim, o conservadorismo pentecostal não se explica como próprio, mas como adquirido dos católicos e dos evangélicos em geral. Num primeiro momento, a pauta conservadora pentecostal na política brasileira é um espelho do conservadorismo dos demais protestantes e católicos.

Vejam alguns exemplos desse fato no governo ultraconservador de Jair Bolsonaro. O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, é membro da igreja luterana. Para o sistema presidencialista brasileiro é o ministro mais importante, comparando-se à figura do primeiro-ministro dos sistemas parlamentaristas. O ministro da Justiça e Segurança Pública (que também é responsável por atribuições do extinto Ministério do Trabalho) é católico, Sergio Moro. O ministro da Advocacia Geral da União é pastor presbiteriano, André Luiz de Almeida Mendonça. Dos vinte e dois ministros de Estado do atual governo apenas um é pentecostal, que é a ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Damares havia sido pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular e atualmente é pastora da Igreja Batista Lagoinha (batista renovada). Deve ser considerado que há seis ministros ligados às forças armadas e apenas duas mulheres nesse primeiro escalão do governo. Não há nenhum representante oficial da Assembleia de Deus, a maior denominação pentecostal do país. Logo de início devemos colocar sob suspeita o argumento de que o governo de ultradireita do Bolsonaro chega ao poder e/ou é sustentado basicamente pelo apoio dos pentecostais.

A figura de Bolsonaro é associada aos pentecostais pela mídia e por alguns analistas, mas o próprio presidente deixa claro sua pertença ao catolicismo, indicando que seu aceno ao mundo evangélico se trata de uma estratégia política-eleitoral. A primeira dama, Michele Bolsonaro, é membro da Igreja Batista Atitude, uma igreja que é filiada à Convenção Batista Brasileira (CBB), o braço mais tradicional dos batistas, que expulsou da organização as igrejas batistas “renovadas”. Ainda assim, as análises insistem em vincular o atual governo ao pentecostalismo.

O pr. Silas Malafaia é um tele-evangelista que apresenta o programa de TV “Vitória em Cristo” que está no ar cerca de 30 anos. Já pertenceu a dois dos três principais grupos institucionais das Assembleias de Deus no Brasil, mas, há alguns anos, rompeu com a instituição e fundou a própria denominação, Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC). Sua biografia está marcada por polêmicas. No entanto, como tem programas de TV em diferentes horários e emissoras, Malafaia faz campanha política para vários candidatos, nem sempre religiosos. Apesar do fato de que vários dos políticos

apoiados pelo tele-evangelista estiveram envolvidos em escândalos de corrupção nas últimas décadas, ele continua com uma força eleitoral muito forte, justamente pelas bandeiras conservadoras em termos de costumes. Como parte da corrida eleitoral, Bolsonaro buscou aliar-se ao Malafaia. Essa aliança, como se pode perceber, não é por razões religiosas ou teológicas, como se buscará mostrar mais adiante.

No ano de 2016, justamente quando a presidenta Dilma Rousseff enfrentava seu pedido de impeachment, Bolsonaro já antecipando a corrida eleitoral, fez um gesto político importante de aceno em direção aos evangélicos do país. Dentro do rio Jordão em Israel, o católico Bolsonaro foi rebatizado pelo pastor da Assembleia de Deus, Everaldo Dias Pereira. Para o eleitorado médio, Bolsonaro havia se “convertido”, gerando mais afinidade. Mas quando foi questionado por seu bispo católico, Bolsonaro negou que tivesse renegado a fé católica, alegando tratar-se unicamente de gesto simbólico e eleitoral, apesar de ser teologicamente controverso. Assim, o candidato permaneceu católico e assumiu uma identidade evangélica-pentecostal em um hibridismo eleitoreiro astuto. O Pastor Everaldo, líder do Partido Social Cristão (PSC), do qual Bolsonaro era filiado, havia sido candidato à presidente do Brasil nas eleições de 2014, mas seu desempenho foi pífio, mostrando que a pertença pentecostal não foi capital eleitoral. O mesmo se pode dizer da candidata Marina Silva, que nas duas últimas eleições presidenciais chegou ao terceiro lugar, embora seja membro das Assembleias de Deus. No início de 2018 Bolsonaro dispensa os serviços do político e pastor assembleiano e se filia ao diminuto Partido Social Liberal (PSL), seu nono partido na carreira.

Para se ter uma ideia da dispersão dos partidos políticos no Brasil, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), havia 35 partidos políticos aptos a apresentar candidaturas em 2018 e outros 73 partidos aguardando registro formal, evidenciando a fragmentação no sistema partidário brasileiro. Com isso, para melhor compreender os arranjos eleitorais nacionais é importante destacar algumas nuances do sistema político brasileiro. É o que veremos a seguir.

2. O sistema político brasileiro

No Brasil há eleições diretas para o Poder Executivo (Presidente, Governadores e Prefeitos) e para o Poder Legislativo (Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores), todos com mandato de 4 anos, exceção para o cargo de senador que é de 8 anos, permitindo-se apenas uma reeleição consecutiva. As eleições para o Executivo e para o Senado necessitam do voto majoritário, enquanto que nos demais casos, o voto é proporcional e se dá a partir de uma lista aberta de candidatos, que podem ter forte representatividade relativa em um determinado local.

O Congresso Nacional é bicameral, tendo a Câmara dos Deputados com 513 deputados eleitos proporcionalmente em representação aos 26 estados e Distrito Federal (DF) e, a Câmara do Senado, em que cada estado e o DF têm três representantes cada (81 senadores). No voto proporcional, o menor estado tem no mínimo 8 deputados e os maiores, como São Paulo, até 70 deputados federais. No âmbito estadual, cada estado possui uma Assembleia Legislativa com deputados estaduais e, no âmbito municipal, cada Município possui sua Câmara de vereadores.

Na disputa em eleições proporcionais, isto é, para deputado federal, deputado estadual e vereador, o candidato pentecostal busca focar no eleitorado evangélico para ser seu representante. Bem diferente é o cenário para as eleições majoritárias, em que um candidato necessita da maioria dos votos, como é o caso da eleição para prefeitos, governadores e presidente da República. Como bem observou Lacerda (2016, p. 27), “a disputa pela maioria dos votos num distrito – seja ela municipal, estadual ou nacional –, exige logicamente do candidato evangélico um apelo a eleitores de outras denominações religiosas e não religiosas”. Percebe-se que nas eleições majoritárias a lógica do “voto religioso específico” não é a preponderante, pois necessita dialogar com uma base mais ampla e fazer o máximo de conexões estratégicas. O substrato cultural conservador é revestido de linguagem religiosa pelos pentecostais, transformando-o em capital eleitoral.

A maior incidência dos pentecostais na política, então, tem ocorrido nas eleições para o poder legislativo, seja no Congresso Nacional, nas Assembleias estaduais ou nas Câmaras de vereadores. Além disso, algumas igrejas como as Assembleias de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus têm adotado a prática de “candidatos oficiais”, mobilizando o eleitorado. “No sistema de representação proporcional com lista aberta”, como é o caso do pleito para o legislativo, “é mais fácil se eleger com uma base eleitoral menor e/ou mais definida” (LACERDA, 2016, p. 30).

É aqui que as análises sobre o impacto do pentecostalismo na política carecem de estudos empíricos para ter mais precisão, pois as conclusões sobre o potencial do “voto pentecostal” parecem exageradas. Retomemos o exemplo da última eleição presidencial no Brasil, em 2018, que teve um total de 116 milhões de votos, sendo 105 milhões de votos válidos, porque retiram-se os votos brancos e nulos. Além desses, houve mais de 31 milhões de abstenções, pese o voto ser obrigatório dos 18 aos 65 anos. O atual presidente Jair Bolsonaro foi eleito no segundo turno com 55% dos votos válidos, cerca de 58 milhões de votos, enquanto seu adversário, Fernando Haddad, obteve 45%, cerca de 47 milhões de votos. Considerando os 11 milhões de votos nulos e brancos e os mais de 31 milhões de abstenções, cerca de 42 milhões de brasileiros (quase um terço dos aptos a votar) não votaram diretamente em nenhum dos candidatos.

A partir de uma pesquisa do Instituto *Datafolha* sobre intenção de votos às vésperas da eleição e com alto grau de assertividade foi possível conhecer o perfil religioso do voto nessas eleições. Utilizando números arredondados temos o seguinte quadro:

| | Censo 2010 | Eleição 2018 | Haddad | Bolsonaro |
|-------------|-------------------|---------------------|---------------|------------------|
| Católicos | 123 mi (64%) | 59 mi (56%) | 29 mi (49%) | 30 mi (51%) |
| Evangélicos | 42 mi (22%) | 31 mi (30%) | 10 mi (31%) | 21 mi (69%) |
| Outros | 25 mi (13%) | 15 mi (14%) | 8 mi (17%) | 7 mi (10%) |
| Total | 190 mi | 105 mi | 47 mi | 58 mi |

O candidato da ultradireita, Bolsonaro, contou com a adesão de 69% dos evangélicos. Considerando a composição do Censo brasileiro de 2010 como aplicável também aqui, os pentecostais representariam cerca de 60% dos evangélicos. Assim, dos 21 milhões de votos dados a Bolsonaro pelos evangélicos, 13 milhões teriam sido de pentecostais. Guardadas as imprecisões dessas aproximações, o “voto pentecostal” teria contribuído com cerca de 22% dos votos em Bolsonaro. O voto católico no mesmo candidato foi mais que o dobro, 30 milhões, e representa 51% dos votos válidos. Mas a imprensa e os analistas insistem que a vitória de Bolsonaro se deve à articulação das igrejas pentecostais. Sem o voto católico o Bolsonaro jamais seria eleito. As análises erram ao se concentrarem no conservadorismo pentecostal, que sim está presente, mas se esquecem de perceber que esse conservadorismo é alimentado desde a cultura brasileira, profundamente arraigada no catolicismo e no protestantismo brasileiro.

Saulo Baptista (2009, p. 387) apontou uma “crescente disputa dos atores coletivos, no campo religioso, em busca de reconhecimento e, no campo político, à procura de mais recursos para fortalecerem suas denominações. Essas disputas constituem parte da construção de identidades coletivas, na qual a tradição é inventada e a história é revista, segundo versões oficiais de cada grupo. A afirmação da identidade implica criação e nomeação de inimigos. Daí poder-se afirmar que o comando do movimento pentecostal tem necessidade de nomear inimigos”. Dentre seus “inimigos” históricos destaca-se o catolicismo, que foi e continua sendo o grande “campo missionário” das igrejas evangélicas no Brasil. Por isso os avanços no diálogo católico-pentecostal internacional, tendo como referência a comissão bilateral entre o Vaticano e as igrejas pentecostais no mundo, já está na sétima fase (iniciou por volta de 1970), mas no Brasil não se percebe essa caminhada conjunta, a não ser por iniciativas menores (como o *Encristus* e o *Somos Um*, que são eventos de oração e cânticos entre católicos carismáticos e pentecostais), sem a adesão das hierarquias e das massas.

Outro inimigo tradicional do pentecostalismo, que também está fortemente presente no imaginário brasileiro é o comunismo. O discurso anticomunista aparece especialmente nas eleições, pese as vitórias dos governos de centro-esquerda no Brasil e na América Latina, pois como afirma Baptista, o comunismo estaria em estado latente e poderia ressurgir a qualquer momento: “daí a distância que pentecostais e neopentecostais continuam mantendo com relação aos movimentos populares, pois veem resquícios de comunismo nessas formas de organização das lutas sociais” (BAPTISTA, 2009, p. 387). E acrescenta: “as lideranças pentecostais defrontam-se com enormes dificuldades para apoiarem greves e outras manifestações populares, de caráter contestatório” (2009, p. 391). A seguir veremos como os pentecostais têm atuado na política nacional.

3. Os pentecostais na política brasileira

De acordo com o censo demográfico oficial brasileiro, em 1872 os católicos eram 99,7% da população. Cem anos depois, em 1970, eram cerca de 92%. Mas nas últimas décadas, profundas transformações ocorreram. No último censo brasileiro, 2010, os católicos despencaram para cerca de 64% da população. Na rota inversa aparecem os evangélicos, que em 1930 eram 1,86% e em 2010 aparecem com mais de 22% da população, uma massa de mais de 42 milhões de pessoas, crescimento impulsionado sobretudo pelos pentecostais, que representam quase 60% dos evangélicos no país. O destaque é para as Assembleias de Deus com cerca de 15 milhões de membros, a maior denominação. Apesar de compartilhar o nome com as *Assemblies of God* norte-americanas, a brasileira é autônoma e tem traços próprios. Seu modelo de gestão é descentralizado, de tal forma que sua influência se dá mais em termos locais e regionais do que nacionais.

Três principais estruturas institucionais paralelas tentam canalizar a liderança das Assembleias de Deus no Brasil. A primeira e com maior número de pastores (cerca de 80 mil) é a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), fundada em 1930. A segunda é fruto de uma divisão na CGADB em 1989, Convenção Nacional das Assembleias de Deus Madureira (CONAMAD). A terceira surgiu em 2017, também fruto de uma divisão da CGADB, que é Convenção da Assembleia de Deus no Brasil (CADB). Um quarto grupo pode ser identificado como Assembleias de Deus “independentes”, pois não estão afiliadas a nenhuma das estruturas nacionais e funcionam completamente autônomas, seja doutrinal ou financeiramente. O nome “Assembleia de Deus” funciona nesse caso como uma marca forte, tipo uma franquia, em que líderes autoproclamados ou que resolveram criar uma congregação podem liderar uma comunidade local com autonomia total. Esse é o caso do tele-evangelista Malafaia. Dessa forma, a fragmentação gera mais crescimento e capilaridade para a denominação. Essa é uma das razões porque

é questionável supor que as lideranças das convenções nacionais podem negociar o “voto pentecostal”, quando de fato nenhum grupo têm o controle sobre os membros dessas igrejas.

Um dado que precisa ser registrado é em relação ao modo como a política brasileira se cristalizou, com baixa participação social e representação. Como afirma Baptista (2009, p. 388), o estado brasileiro em sua recente fase como República (depois de 1889), passou “de uma república de oligarquias rurais para uma república de capitães de indústria”. A tentação de fazer política ao estilo dos coronéis do campo ou mesmo dos coronéis da ditadura estão igualmente latentes entre os diferentes grupos, e as igrejas pentecostais não estão imunes a isso.

No início da década de 1960, o presidente eleito democraticamente Jânio Quadros renunciou em meio uma agitação política. Seu vice, João Goulart, conhecido como Jango, assumiu em 1961 e adotou medidas que foram consideradas de esquerda e potencialmente comunistas. Jango defendia reformas de base para reduzir as desigualdades sociais brasileiras, como a reforma agrária contra os latifúndios, reforma bancária para ampliar crédito aos produtores, reforma eleitoral para ampliar o voto aos analfabetos, reforma na educação pública para ampliar a alfabetização, entre outros planos. A elite econômica se sentiu ameaçada e as igrejas, com medo do “demônio” comunista, apoiaram o golpe de 1964. Após os militares tomarem o poder, as igrejas celebram o feito nos cultos dominicais posteriores, desde as católicas até as evangélicas e as pentecostais. Mesmo que os militares tenham suspenso as eleições por vinte anos, fechado o congresso, atuado com repressão e causado mortes, para alguns setores da sociedade brasileira continua tendo saldo positivo, pois “freou a ameaça comunista”. O candidato Bolsonaro é um defensor do regime militar e junto a outros grupos, está promovendo a reescrita da história, mantendo o comunismo como arqui-inimigo. Há seguidores dele que defendem abertamente o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal de Justiça. Esse discurso antidemocrático é alarmante, pois a democracia foi reestabelecida há pouco mais de vinte anos.

Na história recente do país, entre os anos 1964 e 1985 o Estado brasileiro esteve sob regime militar com fortes restrições de direitos políticos e civis. O aumento da inflação, as sequelas da repressão, a força dos movimentos sindicais, entre outros fatores, enfraqueceu ainda mais a ditadura militar. A vitória da oposição nas eleições para presidente no início de 1985 permitiu a transição para o regime liberal-democrático. Naquele mesmo ano aprovou-se a convocatória para uma Assembleia Constituinte (1987-1988, com 559 congressistas) para reformular a constituição do país, que resultou na vigente Constituição Federal de 1988.

A Assembleia Constituinte de 1987-1988 é considerada um ponto de inflexão na participação política das igrejas pentecostais. Antes desse período, os pentecostais atuavam por iniciativa de indivíduos, porque uma participação institucional era considerada um desvio da função principal da igreja, que seria a pregação/evangelização, fruto de uma visão apocalíptica e dispensacionista. Por isso, alguns pesquisadores como Emilio Willems (1967) e Christian Lalive d'Épinay (1970) defendiam que havia uma rejeição das igrejas pentecostais à política partidária até meados do século 20. Os estudos de Willems (1967, p. 233) apontaram alguns casos de políticos evangélicos no Brasil por volta de 1959 e 1960 que indicavam que essa seria uma tendência para as próximas décadas (1967, p. 252).

Em 1963 a Igreja Pentecostal o Brasil para Cristo (IPBC) elegeu o primeiro deputado federal (ex-metodista, Levy Tavares) para o Congresso Nacional, que conseguiu reeleger-se no pleito seguinte. Nas duas legislaturas seguintes (1971-5/1975-9) não houve nenhum representante pentecostal na arena nacional. Entre 1979-83/1983-7 as Assembleias de Deus elegeram um congressista, Jose Fernandes, e a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) elegeu seu primeiro deputado para 1983-7, Mário de Oliveira (FRESTON, 1993, p. 164). Iniciativas institucionais mais coordenadas teriam ocorrido somente após o mencionado período de redemocratização brasileira, em meados de 1980. Para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88 as Assembleias de Deus se organizaram e elegeram 13 representantes de um total de 559 congressistas em 1986. Desde então, as Assembleias de Deus têm mantido representação federal, com um mínimo de 10 congressistas, sendo que no pleito de 2010 foram 22, em 2014 foram 24 e em 2018 foram 33 deputados eleitos. A atual bancada evangélica conta com cerca de 90 deputados das mais variadas denominações.

Bruna Dantas (2011, p. 24s.) destaca o que ganham as igrejas com uma atuação política partidária mais intensa: 1) manutenção de pautas conservadoras em temas de costumes/moralidade envolvendo questões sobre aborto, sexualidade, violência e drogas, para citar alguns exemplos; e, 2) interesses institucionais: combater a hegemonia católica, manutenção da isenção fiscal das igrejas, doação de terrenos, concessão de rádio e TV, captação de verba pública para realização de eventos religiosos transformados em culturais, entre outros. Para se ter uma ideia, em 2009, das vinte emissoras que transmitiam conteúdo religioso, onze eram evangélicas e nove católicas. Além disso, devemos considerar a afirmação de Baptista: “Os parlamentares pentecostais somente conseguem compor o chamado ‘baixo clero’ do Congresso Nacional, o que já era previsível, porque eles não provêm de famílias ‘tradicionais’, não estão ligados aos grandes grupos que controlam a economia, nem são veteranos nos meandros da política nacional. A condição de ‘baixo clero’ coloca-os mais vulneráveis a cooptação pelas forças

da situação, porque estas controlam os recursos e cargos da máquina burocrática do país [...]” (BAPTISTA, 2009, p. 391). Com isso se tem a dimensão do alcance das propostas dos políticos pentecostais, que não apresentam um plano nacional, mas se concentram em temas e interesses específicos.

4. Avaliação do pentecostalismo na política

Pesquisadores da participação política das igrejas pentecostais e de seu impacto para a região latino-americana podem ter duas posturas preponderantes: otimista ou pessimista. Os mais otimistas apontam que o pentecostalismo:

- Pode contribuir para o desenvolvimento da região com a promoção da responsabilidade individual e com a criação de organizações civis estáveis e independentes (STOLL, 1990).
- Pode contribuir para o fortalecimento da sociedade civil, para a afirmação de identidades reforçadas pelo sentimento de pertença que essas comunidades proporcionam, além do ambiente participativo dessas comunidades (DODSON, 1997).
- Contribui para o aumento da autoestima dos seus membros; fomenta redes de apoio e de habilidades de liderança; proporciona mobilidade social; auxilia os membros a defenderem seus interesses na arena política (MARIZ, 1992).
- Contribui para um processo de racionalização religiosa, além de fomentar a criação de novos vínculos e organizações (MARIZ, 1994).
- Amplia o processo democrático brasileiro ao dar voz às camadas mais populares. “Suas lideranças têm enorme capacidade mobilizadora, sabem negociar e fazer o jogo da pressão nos espaços dos poderes legislativos e executivos” (BAPTISTA, 2009, p. 390). O conteúdo religioso do movimento oferece esperança e novo sentido para milhões de brasileiros; cria redes de solidariedade e vínculos sociais por meio de sua capilaridade e da quantidade de reuniões semanais; mostrou a presença das chamadas “religiões do Espírito” com seu mundo encantado de espíritos e demônios no espaço público; sofre pressão do próprio ambiente político, uma vez que o jogo democrático é uma crítica interna para os modelos pentecostais mais autoritários; e por fim, revela que “os políticos pentecostais não são melhores nem piores do que seus pares” (BAPTISTA, 2009, p. 393).

Os mais pessimistas, ao contrário, entendem que o pentecostalismo:

- Não representaria uma ruptura com a cultura de dominação e com as práticas vigentes de controle social, sendo apenas sua continuidade. Os pentecostais estariam organizados em relações autoritárias e paternalistas (D’EPINAY, 1968).

- Seria um instrumento de dominação por meio de modelos autoritários de controle social e seu envolvimento na política seria apenas resultado natural do seu crescimento numérico (BASTIAN, 1994).
- Produziria igrejas autoritárias por causa da sua hierarquização e induziria o voto em determinados candidatos para manter práticas clientelistas, apesar de reconhecer que as comunidades não seriam tão submissas às orientações dos pastores ou instituição (CHESNUT, 1997).
- Seriam clientelistas e apoiariam candidatos populistas, incluindo governos autoritários. Seu desenvolvimento contribuiria para um mercado religioso em que os líderes pentecostais se tornariam empreendedores religiosos em busca de recursos do Estado, o que seria prejudicial à democracia, além de acirrar a competição entre as denominações (GASKILL, 1997).

Recorrendo à uma síntese sobre o tema de Lacerda (2016, p. 17), as posições mais pessimistas enfatizam “o modo como as igrejas pentecostais ingressariam na política adotando práticas clientelistas potencialmente nocivas à democracia”. E acrescenta: “o clientelismo aparece como o principal mecanismo explicativo da reprodução, por parte das igrejas pentecostais, das formas tradicionais de dominação” (2016, p. 19). No entanto, Lacerda critica essa posição, primeiro porque o conceito de clientelismo é impreciso, variando o sentido entre os autores. Em segundo lugar, embora a busca por interesses privados diante do público e negociações em troca de apoio eleitoral possam ser verificados em muitas biografias e instituições pentecostais, a rigor, isso não é uma marca exclusiva do pentecostalismo, ou seja, ela está presente em outros grupos, não sendo uma categoria analítica adequada para estudar apenas o pentecostalismo. Nesse sentido haveria um consenso precipitado na literatura. “Os pentecostais, como qualquer grupo social, podem e devem lutar por participação e representação política. De modo semelhante, parece pouco questionável que eleitores pentecostais busquem eleger como seus representantes candidatos que compartilhem de sua identidade e valores” (LACERDA, 2016, p. 33).

Há mais medo e juízo de valor sobre a ação dos pentecostais do que evidências empíricas. Como disse Lacerda (2016, p. 34): “afirmações sobre o uso das práticas clientelistas costumam ser mais fáceis de fazer do que de provar”. Devem-se somar os estudos de Paolo Ricci (2003), que evidenciou que apenas uma minoria das leis produzidas pelo Congresso brasileiro seria para benefícios localizados, e os de Priscilla Leine Cassotta (2016), que avaliou os projetos de leis de deputados federais evangélicos entre 2007 e 2014, concluindo que metade desses deputados sequer apresentou projetos ligados à religião, sendo a maioria deles relacionados a temas gerais. Assim, “a simplificação das comunidades pentecostais como inerentemente nocivas à democracia

foi bastante questionada [...]. A ideia de que pentecostais seriam essencialmente avessos à participação política também foi paulatinamente colocada em questão” (LACERDA, 2016, p. 17).

Outra questão importante é que os pentecostais na política não podem ser tratados como um bloco homogêneo, nem do ponto de vista eleitoral nem do legislativo (PIERUCCI, 1989; FRESTON, 1993). Seria “teoricamente inadequada uma análise do desempenho político-eleitoral evangélico que os tratasse *en bloc*” (LACERDA, 2016, p. 31). Isto porque, “a unidade dos evangélicos se restringe à oposição ao aborto e ao casamento homossexual” (LACERDA, 2016, p. 31), resultando das convicções morais dos deputados individualmente mais do que fruto de uma ação coordenada. Machado e Burity (2014, p. 606) concluíram que não há um claro “projeto pentecostal” de poder, indicando que o que ocorre é que o pentecostalismo “teria se tornado uma religião pública”. Nesse patamar, o que está em jogo é o uso instrumentalizado que a religião faz da política e vice-versa (Cf. MARIANO e ORO, 2011). Líderes pentecostais estiveram, durante muitas décadas, sendo usados pelos partidos políticos e pela elite nacional. Com o tempo, passaram a usar seu capital político para tratar agendas e interesses próprios.

Conclusão

A participação política dos pentecostais é muito recente no cenário brasileiro, basicamente a partir de meados de 1980, mas os problemas eleitorais envolvendo autoritarismo e políticas ultraconservadoras estiveram presentes desde o início da jovem república, de tal modo que esse grupo não é o foco do problema. Há os que veem a participação organizada dos pentecostais como um risco à democracia e há os que percebem essa atuação como um amadurecimento da participação social. A primeira suposição é muito questionável. A segunda, precisa ser analisada com mais atenção, pois para ser um jogo democrático, os agentes precisam efetivamente respeitar a diversidade e a pluralidade, isto é, reconhecer o lugar do outro e juntos, construir a nação. Por isso não defendo aqui acriticamente o conteúdo da atuação pentecostal, mas seu lugar como agente social e político.

E por fim, cabe perguntar: A quem interessa inflar o potencial eleitoral dos pentecostais? Minha percepção, e a literatura crítica permite afirmar, é que interessa em primeiro lugar, aos próprios pentecostais, como uma forma de fortalecer seu capital político e ter mais poder de negociação. Esse reconhecimento pode redundar em ganhos institucionais e na conservação de valores tradicionais na sociedade. Em segundo lugar, interessa aos analistas que veem com desconfiança a atuação da religião no espaço público. Para estes, identificar um grupo influente e ativo é uma forma de enfrentamento e de negar o seu lugar. Em terceiro lugar, interessa aos demais componentes do mercado

religioso na América Latina. Ao catolicismo, em especial, porque até então era a força religiosa hegemônica e se beneficiava do jogo político, e agora tem que dividir o espaço com um agente em franco crescimento. Aos evangélicos/protestantes, de modo geral, porque desde o surgimento do pentecostalismo têm acentuado seus limites e excessos. Associar a vitória de um político de ultradireita aos pentecostais é mais uma forma de desqualificar o grupo, uma vez que para os críticos internos e para a comunidade internacional o governo Bolsonaro representa uma ameaça à democracia e aos Direitos Humanos (MESQUIATI OLIVEIRA, 2019).

O Brasil é um país relativamente jovem que alcançou sua independência política a menos de 200 anos a um custo de endividamento que se arrasta até hoje. O país está aos poucos aprendendo a conviver com a laicidade e ao mesmo tempo a reconhecer o valor e o lugar da religião. Pensar que a primeira universidade do país foi fundada em 1920 no Rio de Janeiro, e, portanto, ainda nem cumpriu 100 anos formando cidadãos e nem se estendeu de forma justa a todos os setores da população, resta uma tarefa imensa como país na formação e conscientização de seu povo e de sua história. Educação e participação política são grandes desafios no Brasil contemporâneo. Que os agentes do debate cresçam em maturidade, que a democracia se fortaleça.

Referências

- BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: IMIH, 2009.
- BASTIAN, Jean-Pierre. *Protestantismos y modernidad Latinoamericana: historia de unas minorías religiosas activas en América Latina*. Mexico: FCE, 1994.
- CASSOTTA, Priscilla Leine. Uma análise do comportamento dos deputados evangélicos no Legislativo Brasileiro. *E-Legis*, v. 9, p. 75-101, 2016.
- CHESNUT, R. Andrew. *Born Again in Brazil: The Pentecostal Boom and Pathogens of Poverty*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.
- D'EPINAY, Christian Lalive. *O refúgio das massas: estudo sociológico do protestantismo chileno*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. *Religião e política: ideologia e ação da "Bancada Evangélica" na câmara federal*. Tese de doutorado em Psicologia. São Paulo: PUC-SP, 2011.
- DODSON, Michael. Pentecostals, Politics, and Public Spacer in Latin America. In: *Power, Politics and Pentecostals in Latin America*. Boulder: Westview Press, 1997, p. 25-40.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993.

- GASKILL, Newton. Rethinking Protestantism and democratic consolidation in Latin America. *Sociology of Religion*, vol.58, n°.1, p.69-91, 1997.
- LACERDA, Fábio. Pentecostais, clientelismo e política: uma avaliação da literatura sobre América Latina e Brasil. *Leviathan, Cadernos de Pesquisa Política*, n. 12, p. 1-44, 2016.
- MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-629, 2014.
- MARIANO, Ricardo; ORO, Ari Pedro. The reciprocal instrumentalization of religion and politics in Brazil. *Annual Review of the Sociology of Religion*, v. 2, p. 245-266, 2011.
- MARIZ, Cecília Loreto. Religion and poverty in Brazil: a comparison of Catholic and Pentecostal communities. *Sociology of Religion*, v. 53, p. 63-70, 1992.
- MARIZ, Cecília Loreto. *Coping with Poverty: Pentecostals and Christian Base Communities in Brazil*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.
- MESQUIATI OLIVEIRA, D. Pentecostalismo e Política no Brasil. *Interações*, v. 14, n. 25, p. 08-12, 12 jun. 2019.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: A Bancada Evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, vol. 11, p. 104-132, 1989.
- RICCI, Paolo. O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais?. *Dados* [online]. 2003, vol.46, n.4, p.699-734.
- STOLL, David. *Is Latin America turning protestant?* Los Angeles: University of California Press, 1990.
- WILLEMS, Emilio. *Followers of the New Faith: Culture Change and the Rise of Protestantism in Brazil and Chile*. Nashville: Vandernilt Unisity Press, 1967.